

Julia Silveira

Gabriel Barth da Silva

Construir comunidade

a instrumentalização de ferramentas educacionais enquanto configuração de um imaginário territorial coletivo

Resumo

O presente trabalho pretende discutir, a partir de reflexos decorrentes de um imaginário hegemônico brasileiro, com suas diversas especificidades de elementos de raça e classe, por exemplo, como há impedimentos para a criação de um sentimento de comunidade nas classes exploradas e periféricas. Pensar essa dinâmica é essencial, antes de iniciar qualquer trabalho de mudança estrutural nas realidades territoriais locais, o que leva ao uso de referências como Paulo Freire e bell hooks, para buscar elaborar ferramentas que possam resolver ou mitigar as desigualdades presentes em dinâmicas urbanas, gerando um ambiente que visa à emancipação opressiva da realidade, respeitando sua pluralidade. A partir das experiências da prática extensionista, metodologias de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e modelos alternativos de gestão de posse, como o Community Land Trust (CLT), alicerçado em uma base em torno de um arcabouço teórico pautado em práticas educacionais, espera-se fomentar o debate acerca do desenvolvimento de ferramentas em comunidade para realidades historicamente oprimidas no território urbano brasileiro.

Comunidade

Opressão

Território urbano

Emancipação

Abstract

The present work intends to discuss, from reflections arising from a Brazilian hegemonic imaginary with its various specificities of race and class elements, for example, how there are impediments to the creation of a sense of community in the exploited and peripheral classes. Thinking about this dynamic is essential before starting any work of structural change in local territorial realities, which leads to the use of references such as Paulo Freire and bell hooks to seek to develop tools that can solve or mitigate the inequalities present in urban dynamics, generating an environment that aims at the oppressive emancipation of reality respecting its plurality. From the experiences of extension practice, training methodologies of the Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) and alternative tenure management models, such as the Community Land Trust (CLT), based on a theoretical framework of educational practices, it is expected to promote the debate about the development of tools in community for historically oppressed realities in the Brazilian urban territory.

Community

Oppression

Urban territory

Emancipation

INTRODUÇÃO

Para pensar as dinâmicas identitárias brasileiras, deve-se, primeiramente, considerar os aspectos que envolvem a formação da nação enquanto uma comunidade imaginada. O termo deriva do trabalho de Anderson (2008, p. 32), que define uma nação enquanto “uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Essa definição utiliza-se da prática do imaginar, pelo fato de que um membro nunca verá todos os outros sujeitos que compõem seu grupo, mesmo sabendo de suas existências, dado inerente sobre comunidades que superam a dimensão do contato face a face, sendo limitada por suas fronteiras territoriais.

Nessa comunidade imaginada brasileira, é possível perceber a democracia racial como um dado de imensa importância para compreender esse fenômeno. Partindo do trabalho de Vianna (1995), pode-se observar como há um processo planejado culturalmente, partindo da produção acadêmica até a nível político federal, para criar uma ideia de pátria brasileira, com símbolos como o samba e a mestiçagem guiando esse imaginário de uma nação que sofria de uma falta identitária que unisse seus membros. Neste contexto, Munanga (2019) avalia como a narrativa de democracia racial atrasou em diversos níveis a discussão e a emancipação no que envolve o debate racial brasileiro, seja criando um ideal de embranquecimento a partir da mestiçagem, que resultou na busca por uma ascensão social a partir de processos familiares geracionais de miscigenação alçando uma identidade branca, ou a partir da negação da identidade negra de diversos sujeitos, impedindo um reconhecimento enquanto coletivo para luta social pautada na identidade comum.

Evocando o modelo teórico de Elias e Scotson (2000), é possível pensar também as dinâmicas territoriais a partir de um modelo pautado entre estabelecidos e *outsiders*. Os estabelecidos ocupam historicamente um local há um maior período de tempo, constituindo costumes entre si para evitar sua “contaminação” pelo contato com os *outsiders*, grupos que buscam posteriormente compartilhar o mesmo espaço e, por consequência, sofrem as investidas culturais e ideológicas do grupo estabelecido. Havendo um ideal de superioridade por parte do grupo estabelecido, o sujeito *outsider* internaliza um sentimento de inferioridade perante o outro grupo.

Partindo desse processo, pode-se pensar os *outsiders* como fragilizados em uma estrutura social, principalmente perante uma maior coesão do grupo estabelecido. O fenômeno vivenciado nessa realidade faz

com que não haja, necessariamente, uma percepção no grupo tido como “inferior” como uma comunidade compartilhada por sujeitos estigmatizados em uma realidade cotidiana. Nesse contexto, indivíduos subalternos não se percebem em uma realidade vivenciada por pares que compartilham um modelo opressivo estruturado pelos estabelecidos. Se considerarmos o fenômeno percebido por Munanga (2019), esse mecanismo pode ser observado a partir da interiorização do modelo de ideal branco e de desidentificação com manifestações de negritude, afastando o indivíduo de seus pares e internalizando a posição de subalterno em um modelo previamente elaborado por estabelecidos.

No contexto de dinâmicas identitárias, torna-se necessário entender a interface territorial na construção de comunidades. Para Haesbaert (2003), o poder envolvido na concepção de território é duplo: o mais explícito, de dominação, e o implícito, de apropriação. Considerando isso, o entendimento de quem são e de como se reconhecem os sujeitos que controlam o espaço — e, como resultado, os processos sociais que o produzem — é fundamental para a compreensão da realidade. Em especial, para grupos vulnerabilizados, o território ganha um caráter especialmente potente por meio da combinação de funcionalidade e identidade (HAESBAERT, 2003).

Partindo dessa realidade, o presente ensaio busca refletir como essa estrutura social pode ser pensada em um recorte urbano e territorial, considerando relatos de práticas extensionistas em parceria com órgãos municipais, metodologias de formação e atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e de estudos de modelos alternativos de gestão de posse, como o *Community Land Trust* (CLT). Os casos abordados são analisados a fim de compreender como essa dinâmica identitária se reflete na realidade em diversas instâncias e formas. Após realizar esse processo, busca-se refletir de que formas são possíveis mitigar ou inverter esse fenômeno a partir das reflexões propostas por Freire (2011, 2014) e hooks (2020, 2017, 2021), buscando a produção teórica da educação como ferramenta de transformação social em comunidade.

São apresentadas as dificuldades de equacionar as diferenças dos sujeitos que compõem uma categoria social territorial oprimida junto com seus fatores comuns, pelos quais torna-se possível orientar para uma transformação da realidade. Considerando e pautando uma reflexão a partir da complexidade desses processos, espera-se que a presente produção teórica permita refletir criticamente sobre a formação social periférica e excluída brasileira, com sua pluralidade e fatores comuns estruturais.

IDENTIFICAÇÃO COMUNITÁRIA PARA LUTA COLETIVA TERRITORIAL

O pré-requisito comunitário do Termo Territorial Coletivo

Nas lutas coletivas territoriais, a segurança de posse é objeto de disputa. O modelo de posse estadunidense de *Community Land Trust* (CLT) busca garantir a permanência de populações vulneráveis em seus territórios, face às ameaças de gentrificação e remoção (DAVID, 2008). O caráter emancipatório do modelo, que subverte a lógica da propriedade capitalista individual por meio da gestão e posse coletiva, é propício para uso de comunidades fragilizadas no enfrentamento da opressão estrutural, como indicado pelas aplicações de sucesso (FIDALGO, 2021). A segurança de posse é garantida pelo modelo por meio da gestão coletiva da terra, a qual é feita de forma tripartida, entre moradores, vizinhos da comunidade e membros externos para apoio técnico. Permite-se a criação de critérios para o ingresso dos moradores, como a restrição da venda restringida à comunidade de baixa renda e um valor máximo de revenda. Além disso, a própria retirada das terras do mercado imobiliário contribui para a acessibilidade de moradia (FIDALGO, 2021).

Historicamente, questões identitárias revelaram-se protagonistas na elaboração do modelo e em sua continuidade. A origem do modelo na Geórgia, EUA, foi motivada pela busca de independência financeira — e seu consequente poder político — por famílias negras de Albany (DAVID, 2008). Em um panorama no qual leis segregacionistas dificultavam o acesso à terra, a aspiração a um modelo alternativo de segurança de posse, considerando uma comunidade definida pela identidade negra, ilustra a correlação entre percepções identitárias e luta territorial em busca de emancipação.

Na importação do modelo para outras realidades além da estadunidense, a aplicação no Quênia traz novas reflexões referentes à identificação entre os membros de uma comunidade e o sucesso de aplicação do modelo. No Quênia, diferentes regiões foram apresentadas a uma proposta de modelo de CLT, mas somente em Tanzania-Bondeni, em Voi, a população votou a favor da implantação da proposição. Basset e Jacobs (1997) estudaram os fatores que levaram as comunidades a essa decisão, pensando na replicabilidade do modelo. Com base nas dinâmicas quenianas, apontam-se a composição das comunidades como fator de interesse, já que a relativa homogeneidade ou heterogeneidade foi relatada como qualida-

de significativa de indicativo de sucesso de implantação. Diferente do que pode ser esperado, o aspecto heterogêneo de comunidades se demonstrou mais positivo para o modelo, com a presença de diferentes grupos étnicos. Pode-se perceber que a ausência de um grupo dominante contribuiu para uma atmosfera favorável à gestão democrática comunitária, ecoando a proposta elisiana previamente estruturada da dinâmica estabelecidos e *outsiders*.

Para a adoção de um modelo incomum coletivo cujo objetivo é a manutenção de uma comunidade e seu desenvolvimento democrático, nota-se necessário o reconhecimento dos moradores de uma identidade compartilhada. Algoed *et al.* (2021) reconhecem que, para a aplicação com sucesso de modelo, são necessárias a consolidação de uma comunidade e a percepção de ameaças em comum, como a gentrificação. Em grupos nos quais há a diferenciação entre estabelecidos e *outsiders*, a percepção da chegada dos novos membros como processo disruptivo da harmonia comunitária impede a consolidação de uma nova identidade em comum. A escolha do compartilhamento de posse implica confiança mútua, objetivos e ameaças conjuntas, bem como o aceite da horizontalidade advinda da gestão democrática interna.

Não existência advinda da não identificação da Madre

Rio Branco do Sul, cidade da região metropolitana de Curitiba-PR, abriga o bairro da Madre, região vulnerabilizada pelos conflitos socioambientais envolvendo habitação em áreas de risco e pela relação turva com os órgãos municipais. A Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, buscou suporte no projeto de extensão “Formas de Habitar”, da Universidade Federal do Paraná, para um conjunto de ações visando não somente à melhora nas condições da Madre, mas ao auxílio para a formação dos servidores públicos que atuam na área, aspirando a uma intervenção mais humanizada, que objetiva a organização política e comunitária dos moradores para a subsequente atuação participativa de tais nas tomadas de decisões que os envolvem.

A oficina “Travessias da Madre – Caminhos para o Direito à Cidade” fez parte desse projeto. Em 04 de dezembro de 2021, moradores da área de vulnerabilidade social deram relatos expressivos, ilustrando a relação complexa e defensiva que mantêm com a imagem da própria comunidade e seus pares. A proposta consistia no mapeamento da região da Madre, mais especificamente a área conhecida como “Pinheiros”, pela Prefeitura de Rio Branco do Sul, por

meio da criação de uma cartografia subjetiva. A atividade constituía na atribuição de valores pré-determinados (potencialidade, historicidade e necessidade de reparo) a lugares identificados por grupos que se dividiram entre os voluntários.

Em um primeiro momento, a própria concepção básica do exercício buscando fortalecimento comunitário foi posta em xeque na afirmação de uma moradora: “O que é Madre? Não existe a Madre. É a R. João Froma”. Revelou-se rapidamente que a convicção da Madre enquanto território não era acolhida pela habitante. Essa não identificação nominal permitiu reconhecer que os moradores não se identificam enquanto comunidade territorial Madre — região delimitada arbitrariamente por membros externos, como a Prefeitura, e não advinha de um autorreconhecimento. Não obstante, a substituição da ideia da Madre pela R. João Froma, rua plana abaixo dos morros, ilustra o distanciamento do território que, em vez de possuir uma identidade expressa por um nome adotado comunitariamente, é referido por um nome oficializado. O relato da moradora destaca a inexistência perante a realidade formal exterior — afinal, R. João Froma não existe no GPS usado por aplicativos de corrida. A ausência da conexão com uma identidade territorial dificulta a percepção de uma rede comunitária unificada e estruturada.

Em contraponto, a região da Vila São Pedro, que faz divisa com o bairro, é notoriamente percebida enquanto outra — nota-se uma homogeneidade interna nessas duas regiões distintas. Visualmente, a tipologia de residências e a infraestrutura (notadamente, a existência de esgoto, asfalto e postes de eletricidade) justificam as diferenças enxergadas. Além disso, fatores estruturais invisíveis, como a titulação das casas, foram informados pelos moradores da Madre como delimitadores de identificação. Percebe-se, assim, que, apesar de não se reconhecerem enquanto moradores da Madre, seus residentes se distinguem dos residentes das áreas limítrofes por fatores mais abrangentes de discernimento, envolvendo reconhecimento do Estado, cidadania, legalidade e aspectos estéticos.

Um indício para uma possível preocupação com a imagem da Madre e seus membros comunitários enquanto unidade percebida surge na omissão recorrente por parte dos moradores adultos sobre crimes. Por outro lado, percebeu-se a fala livre no grupo das crianças sobre diversos casos de violência doméstica, incluindo minuciosas especificações, que foram omitidas pelos quatro outros grupos compostos exclusivamente por adultos. A partir da experiência, é propó-

cio refletir acerca dos motivos que impulsionaram os moradores adultos a exporem problemas originários de agentes externos, como falhas específicas de diversas secretarias, mandatos e servidores, mas suprimirem os relatos de violência interna.

O espaço abordado não oferece locais de encontro. O suporte ambiental para confraternização oferecido pelas praças parece não encontrar substituto na terra batida das proximidades dos destroços da Casa-Lar, instituição pública de cunho social abandonada há quase uma década. Essa, cujo fim é marco temporal e cujas ruínas são lembranças do descaso da Prefeitura, é tida como um dos poucos pontos de agrupamento identitário e espacial. A percepção de uma unidade vicinal não existe, minando o potencial de poder para intervenções espaciais coletivas de urbanismo tático que facilitariam encontros e consequente engajamento político comunitário.

No final, escolhe-se permanecer. Quando indagados, os moradores relatam não desejarem sair da Madre, devido à falta de confiança na avaliação de imóveis feita pela Prefeitura e no subsequente processo de indenização. Além disso, os investimentos já feitos nas moradias não são passíveis de serem recuperados. Nesse contexto, o convite à organização política da comunidade parece ensaiar aflorar, em uma relutante comissão inicial para assembleias na casa da Dona Tânia.

A partir do caso, percebe-se a falta de noção identitária coletiva da Madre, apesar de um reconhecimento exógeno. A ideia de que um grupo de mesma localização territorial e faixa econômica se entende necessariamente como comunidade é errônea. A historicidade comum construída percebe-se necessária para a constituição de concepção de comunidade, basilar para a efetivação de redes de apoio. Por elas, pode ser possibilitado o suporte entre pares que permite facilidades logísticas materiais de grande impacto, como ajuda na tutela de crianças e partilha de serviços (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Para além disso, também referente à proximidade geográfica e à distância identitária percebida de forma exclusiva entre os membros internos, a desvalorização de identidades *outsiders* pode gerar um distanciamento identitário em populações que compartilham qualidades em um movimento no qual “a proximidade leva ao refinamento das separações para que a percepção de diferença seja mantida” (CALDEIRA, 2000, p. 75). Dessa forma, sem a historicidade e a construção da identidade comunitária ao longo do tempo, dificultam-se lutas coletivas, redes de suporte e ganhos materiais de potencial emancipatório.

A criação de comunidade na Ocupação Marielle Franco

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) abriga, em sua centralidade, o papel da comunidade para a luta coletiva no território (MTST, 2015). Acerca de sua história, a transição do Movimento Sem Terra (MST) para o contexto urbano traz novas problemáticas distintas das enfrentadas no contexto rural, que, para além da espacialidade dessemelhante, necessita de novos moldes para guiar a luta dos trabalhadores urbanos devido ao novo contexto. Assim, com a Marcha Nacional de 1997 e a aproximação do movimento com organizações urbanas, nasce o MTST, que iniciou sua história com a herança dos métodos de ação da luta rural (SIMÕES *et al.*, 2017).

O processo de contato intenso no meio rural, no qual o trabalho, lazer, socialização e a moradia coexistiam no mesmo lugar e criavam este laço intenso entre o território e a comunidade, característico de como o MST se relacionava com o meio, deixou de existir quando a luta se tornou urbana. Considerando isso, o MTST teve dificuldade em estabelecer a mesma intensidade de laços construída com maior facilidade no contexto do MST, no qual múltiplas esferas do cotidiano eram vividas no mesmo lugar pelos trabalhadores rurais, de forma relativamente síncrona (SIMÕES *et al.*, 2017). Para além disso, a luta urbana foi moldada por ocupações, as quais inevitavelmente sofrem com ordem de despejo (MTST, 2015). Nessas condicionantes — a menor convivência e a evasão em ondas de membros, até então acreditadas inevitáveis — deixa visível que o panorama de ações de luta coletiva urbana difere das do campo.

Em 2005, a Ocupação Chico Mendes, em Taboão da Serra, no Jardim Helena, em São Paulo, é a primeira a superar o despejo e tem sucesso em acumular membros, apesar da reintegração de posse. Os aprendizados metodológicos desse evento permitiram a nacionalização do movimento (SIMÕES *et al.*, 2017), como a criação da Ocupação Marielle Franco, no Tatuquara, em Curitiba-PR. A partir da militância da autora como membro do MTST na ocupação, foi possível perceber a metodologia de criação de senso comunitário para atender às demandas da luta territorial coletiva urbana.

O processo de entrada de novos militantes na Ocupação Marielle Franco, conhecido como processo de brigadas, e as atividades de formação política dos assentados na mesma compartilham de caracte-

rísticas metodológicas defendidas pelo setor nacional do movimento. A partir de uma vivência experimental advinda de um processo de brigadista na ocupação, foi possível notar a valorização de outras lutas identitárias tangentes à luta de moradia. Em atividades educativas, questões como a legalização do aborto e aspectos de identidade racial foram debatidas visando à compreensão das interseccionalidades que atravessam a luta coletiva pela terra. A desidentificação apontada por Munanga (2019) que atravessa o imaginário brasileiro e afasta as pessoas dos seus pares é aqui ativamente reconhecida e combatida.

Para além disso, o processo de brigadas foi feito de forma a intencionalmente fomentar a criação de vínculos entre os membros. Ao impossibilitar a entrada de brigadistas a qualquer momento em nome de períodos específicos de inscrição, a organização do MTST afirma intencionalmente criar uma relação de paridade entre membros ingressantes, marcada por uma entrada e caminhada conjunta. Referente à criação de redes de afeto, a constituição de grupos entre os assentados com locais de encontro e eventos fora da ocupação é estimulada, buscando fortalecer o laço dos assentados entre si e com o movimento, não somente com a terra, visto a inevitabilidade do despejo. Assim, o compromisso encorajado é com a comunidade sendo criada, para evitar as ondas de abandono do movimento.

Dessa forma, percebe-se que um movimento baseado na luta territorial coletiva, cujas raízes estão na criação de comunidade por meio do território, teve que buscar o fortalecimento dos laços comunitários para além da terra e estabelecer parâmetros rígidos contra preconceitos para obter ganhos materiais, como habitação. Em uma realidade opressora, nota-se que movimentos sociais, como o MTST, aprenderam a importância da utilização de estratégias que valorizam a criação de percepção comunitária coesa entre grupos *outsiders* como instrumento de luta e enfrentamento de opressão capitalista.

Assim, com base nos casos explicitados, percebe-se simultaneamente a necessidade do autorreconhecimento enquanto comunidade e os desafios dessa identificação. As complexidades da composição e percepções identitárias envolvidas na luta territorial coletiva são percebidas no assentamento informal da Madre, na ocupação do MTST e no processo de formação de um CLT. Considerando o intuito de garantir o direito à cidade e acesso à habitação digna do modelo de posse coletiva, nota-se a relevância da construção de concepção de comunidade para tal.

UMA HIPÓTESE POSSÍVEL: A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E ENSINANDO COMUNIDADE

Pensar as dinâmicas comunitárias é, necessariamente, pensar em uma dinâmica transdisciplinar, já que elas envolvem diversos fenômenos que atravessam a vida de seus sujeitos, gerando processos individuais e coletivos. Considerando isso, buscar formas de repensar estratégias comunitárias em outros campos do conhecimento não só é possível como inerente ao processo de intervenção comunitária.

A obra de Freire (2011, p. 109) permite explorar a potencialidade da palavra e do diálogo enquanto práxis para transformar o mundo, sendo direito de todos, propondo o diálogo enquanto o “encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado”. Os temas não advêm de quem busca intervir na realidade de fora, mas estruturam-se em torno dos que já existem nas relações dos sujeitos com o mundo, devendo agir apenas como um mediador de reflexão crítica da própria realidade.

Sendo essa prática revisitada em Freire (2014), que ressalta como esse nomear o mundo permite atravessar as socializações opressoras com seus ciclos viciosos de contínua opressão entre posições hierárquicas sociais e entre os próprios pares dos indivíduos, percebe-se como o falar e o repensar a linguagem é central na formação de uma comunidade emancipatória. No caso da atuação extensionista no bairro da Madre, nota-se a centralidade do desafio da autonomia, sendo este o primeiro passo proposto: pensar as formações de comunidades *outsiders*, já que, como previamente foi demonstrado, ocorrem reproduções ideológicas decorrentes de discursos institucionalizados na socialização dos sujeitos que compõem a sociedade brasileira, com um ideal comum que reflete o pensar da classe dominante enquanto modelo. Nesse processo, as próprias demandas são invisibilizadas e não defrontadas enquanto objeto comum a todos, mesmo sofrendo suas consequências estruturais decorrentes da imensa desigualdade social presente em seu contexto.

Ao repensar sua realidade, reduzindo, por exemplo, expressões do que seria ser “favelado”, até ser negro ou periférico, rico ou branco, é proposto refletir o próprio contexto para buscar novas percepções do que é do próprio sujeito ou consequência de uma socialização subalterna, ressignificando seu contexto social e seus fatores comuns com seus pares. Além disso, o uso da linguagem e de um diálogo antes de qualquer intervenção permite alcançar as próprias di-

nâmicas comunitárias para impedir possíveis opressões internas futuras, em decorrência de mecanismos de vivência hegemônicos, como valorizado em práticas metodológicas de formação do MTST.

Essa dinâmica é aprofundada por hooks (2017, p. 17), que percebe como “nossa capacidade de gerar entusiasmo é profundamente afetada pelo nosso interesse uns pelos outros, por ouvir a voz uns dos outros, por reconhecer a presença uns dos outros”. Nesse processo dialógico, a experiência e o relatar sua experiência são centrais para perceber o todo que envolve sua realidade, desmontando a necessidade de competição internalizada para privilegiar uma prática crítica coletiva. A vivência oprimida pode potencializar os laços, recuperando uma forma de poder pessoal, em que “ouvir as vozes e os pensamentos individuais uns dos outros, e às vezes relacionar essas vozes com nossa experiência pessoal, nos torna mais conscientes uns dos outros” (HOOKS, 2017, p. 247).

Em outro trabalho, hooks (2010) ressalta como há a necessidade de criar novas formas de linguagem para ir além das instituições opressivas, independentemente de classe, gênero ou raça, descolonizando a mente de suas estruturas históricas herdadas. Cria-se, portanto, sujeitos ativos e transformadores em seus projetos de vida. Recuperando o legado de Paulo Freire, hooks (2021) ressalta que, para formar uma comunidade, deve-se confrontar com sentimentos de perda, e para isso há uma necessidade de fomentar a reconexão, explicitando a necessidade de criar um espaço para o possível e para a esperança no processo de construção do novo. Um trecho que permite aprofundar sobre os sentimentos de perda e impactos pessoais em um contexto de diálogo, e da importância da esperança, é:

Esse medo de ser descoberto como alguém que tem alguma falha pessoal é uma das maiores barreiras para desenvolver uma consciência crítica, ainda mais sobre a dominação racista e sexista. Uma vez que a prática do pensamento crítico requer de todos nós engajamento de algum grau de avaliação crítica, tanto de si quanto do outro, ajuda muito se conseguirmos engajar as pessoas de tal forma que elas se autoquestionem espontaneamente, em vez de apenas responderem de maneira reativa a desafios exteriores (HOOKS, 2021, p. 175).

Por fim, é possível ressaltar como hooks (2021) defende a importância do desenvolvimento de confiança nesses processos coletivos e comunitários, superando as dificuldades previamente colocadas. Modelos de gestão territorial alternativos que subver-

tem a lógica capitalista individualista, como o CLT, têm sua aplicação condicionada na crença em uma identidade comunitária e ações coletivas. No Brasil, a tradução do nome do modelo se deu devido à dificuldade de uma tradução direta, considerando o sistema originário de *common law* (FIDALGO, 2021). Em português, foi adotado o nome Termo Territorial Coletivo (TTC), visando à fácil compreensão do caráter voluntário e comum, fazendo referência a “fundo de posse coletiva”. No Rio de Janeiro, a organização Comunidades Catalisadoras (ComCat) investiga a possibilidade de aplicação em favelas cariocas (ALGOED *et al.*, 2021). Objetivando o sucesso da implantação, as questões levantadas referentes à identificação, dinâmica de estabelecidos e *outsiders*, nomeação e fortalecimento de laços percebem-se relevantes. A partir da criação de alianças, permite-se desmontar uma autodefesa que impeça pensamento crítico sobre uma prática cotidiana comunitária em suas relações intra e interpessoais, processo necessário para a constituição de uma realidade comunal emancipatória, como defendido por hooks (2021).

Toda a presente exposição permite observar como os processos de construção de comunidade atravessam diversos desafios e como a busca por nomear o mundo, dialogar e circunscrever demandas e fatores comuns enquanto respeito à alteridade é essencial para poder reconfigurar relações em grupos. A consolidação e confiança de comunidades para o salto em direção a modelos que questionam o *status quo* do individualismo da propriedade privada, como o CLT e sua tradução brasileira TTC, são facilitadas pela instrumentalização de práticas emancipatórias de nomeação e potencialização de laços. Nomear, como defendido por Freire (2011), torna-se necessário em um contexto social comunitário, sendo de imensa importância refletir como o cotidiano é pensado e trabalhado em seus próprios termos, com possíveis armadilhas de opressão nas palavras corriqueiras, acompanhadas também por possibilidades de emancipação, em contextos subalternos. Atrelar a prática de questionamento das palavras e seus significados a contextos subalternos alicerçando-a com práticas como as propostas pelo CLT é estruturante em uma prática genuinamente libertadora em um contexto coletivo, pois assim a própria comunidade pode perceber suas semelhanças e diferenças e, partindo de suas próprias potencialidades, fortalecer-se na busca de um objetivo de reivindicação territorial comum. Pensar, portanto, os significados da Madre ou da R. João Froma é central, pois são nomeações que separam ou agregam conjuntos de indivíduos que buscam uma emancipação de circunstâncias opressoras cotidianas, refletindo sobre o potencial de

uma linha comum que atravessa cada agrupamento familiar que está inserido em uma mesma situação estrutural.

É possível perceber como, ao evocar os presentes educadores, diversos pontos previamente elencados são presentificados em seus desafios, como os mecanismos opressores aprendidos na trajetória de vida do sujeito a partir de modelos institucionalizados, bem como há o medo de pertencimento sobre uma identidade minada e estigmatizada socialmente, tornando necessário, para superar uma relação pautada em desigualdade de classe, gênero ou raça, o estabelecimento de um diálogo que ressignifique a própria relação de quem vivencia a comunidade com a própria linguagem que reproduz em seu cotidiano, que afeta intrinsecamente seu modo de vida e relação com o outro. Ao perceber os diversos casos de comunidades que não se tornam concisas em uma percepção comum sobre suas condições materiais em um elemento identitário comum, reitera-se a importância de recuperar um olhar transdisciplinar com outros campos do conhecimento, como, no presente caso, demonstrado pela educação, para reinventar intervenções territoriais, apropriando-se de diversos conhecimentos para fomentar um bem e causa comuns.

CONCLUSÃO

Considerando o imaginário hegemônico brasileiro, percebem-se entraves na criação de uma percepção compartilhada de pertencimento coletivo em comunidades vulnerabilizadas, principalmente em justaposição da coesão de grupos estabelecidos hegemônicos. Em relação à dinâmica de *outsiders* em uma estrutura social, a diferenciação internalizada no contato com grupos estabelecidos não gera necessariamente uma identificação interna dentro dos sujeitos *outsiders*, apesar de um reconhecimento unitário exógeno. Em um recorte territorial, o afastamento de pares impossibilita o estabelecimento de redes de suporte e lutas coletivas contra a opressão.

No processo de conquista de emancipação e enfrentamento de realidades opressivas, percebe-se necessária a materialização da identidade comunitária. Isso é exemplificado na estruturação do modelo do CLT, que garante segurança de posse e subverte a lógica capitalista, realizando-se por meio da gestão e propriedade coletiva. Para tal, exige-se um reconhecimento de identidade comunitária para a sua formação e continuidade. O mesmo é observado na luta de movimentos sociais por terra, como o MTST, que, como demonstrado, toma como necessária a criação

de uma percepção de comunidade entre os assentados, membros e brigadistas.

A potencialidade da palavra, como explorado por Freire enquanto práxis de transformação de mundo, atravessa os casos exemplificados, como as práticas extensionistas no bairro da Madre. A não identificação da comunidade enquanto tal, apesar do reconhecimento exógeno e a diferenciação entre outros territórios limiares percebida pelos habitantes do bairro, demonstrou-se como entrave para a luta visando a ganhos materiais coletivos.

A nomeação do mundo que permite o atravessamento de realidades opressoras se vê impedida pela desvalorização de identidades *outsiders*. Esse impedimento de pares de vivências periféricas e exploradas do reconhecimento de si enquanto sujeito coletivo dificulta a emancipação em dinâmicas opressoras. O processo dialógico de escuta e reconhecimento sensível relatado por hooks é uma possível instrumentalização para a criação de percepção de identidade compartilhada. No recorte territorial, cuja concepção envolve o poder de dominação e apropriação, o (não) entendimento de grupos vulnerabilizados enquanto sujeito coletivo é substancial para a compreensão do controle de produção do espaço e do potencial para a mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGOED, Line *et al.* Community Land Trusts and Informal Settlements: Assessing the feasibility of CLT instruments developed by the Caño Martin Peña communities in Puerto Rico for Favelas in Rio de Janeiro. **Lincoln Institute of Land Policy**, 2021.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BASSETT, Ellen M.; JACOBS, Harvey M. Community-based tenure reform in urban Africa: the community land trust experiment in Voi, Kenya. **Land Use Policy**, v. 14, n. 3, p. 215-229, 1997.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- DAVIS, John Emmeus (Ed.). The community land trust reader. **Lincoln Institute of Land Policy**, 2010.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Editora 34, 2000.
- HAESBAERT, Rogerio. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003.
- HOOKS, bell. **Ensinando Comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, bell. **Teaching Critical Thinking**: Practical Wisdom. New York: Routledge, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.
- MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. **Cartilha de princípios**, 2015.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. O Termo Territorial Coletivo e o Direito à Moradia Adequada: potencialidades a partir de uma experiência do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades. In: CARDOSO, Adauto Lucio; D'OTTAVIANO, Camila. (Org.). **Habitação e Direito à Cidade desafios para as metrópoles em tempos de crise**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021, v. 1, p. 78-107.
- SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RUD, Rafael. **MTST - 20 Anos de História**: Luta, Organização e Esperança nas Periferias do Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. ■